

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2018

A LÍBIA E A ERA GADDAFI: o real interesse das grandes potências ocidentais
sob a ótica da teoria realista

Rio de Janeiro

2018

CEMOS 2018

A LÍBIA E A ERA GADDAFI: o real interesse das grandes potências ocidentais
sob a ótica da teoria realista

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CEMOS 2018

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha esposa Daniela Cristina Callado Brito e meus filhos Mariana Gomes de Lima e João Vitor Gomes de Lima pela paciência que tiveram ao longo dessa jornada e pelo incentivo na condução desta pesquisa.

Ao meu orientador, CMG (RM-1) Eduardo **Hartz** de Oliveira pela confiança, pelos precisos ensinamentos e oportunas recomendações ao longo da jornada dedicada à pesquisa e principalmente pela cordialidade dispensada.

Aos amigos da turma do CEMOS 2018, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos Instrutores e à Escola de Guerra Naval por incentivar esse desafio que proporciona e representa um desenvolvimento pessoal na vida de cada Oficial.

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as ações das principais potências ocidentais no Estado líbio. Para tanto, as atenções estão voltadas para o período que se estende entre os anos de 1969 e 2011, no qual a Líbia foi governada por Muammar Gaddafi (1942-2011). Cabe destacar que, de modo a realizar esta pesquisa, optou-se por observar os eventos desse período histórico a partir de uma ótica voltada para as Relações Internacionais por meio do confronto entre a Teoria Realista de Hans J. Morgenthau (1904 -1980) e a realidade verificada ao longo da pesquisa. Em outras palavras, tendo em vista um atual, complexo e difuso cenário, a pesquisa se guia pela seguinte pergunta: é possível afirmar que uma teoria construída no Século XX ainda pode balizar as relações internacionais do século XXI? Assim, avaliando a situação ocorrida na Líbia e a interação daquele Estado com as potências ocidentais, examina-se se, em pleno século XXI, uma teoria específica, a teoria de Morgenthau, e seus ensinamentos acerca do Realismo nas relações internacionais, são confirmados ou negados quando confrontados com um contexto diferente em que foram concebidos. Frente a esse questionamento, nessa dissertação propõe-se (e busca avaliar) a seguinte hipótese: os preceitos da Teoria Realista das Relações Internacionais moldados no século passado, por Morgenthau, podem ser confirmados nas interações da Líbia com as principais potências do Ocidente, no período de governo de Gaddafi. Cabe também ressaltar que, metodologicamente, nessa dissertação, a pesquisa foi empreendida por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, de modo a confrontar a teoria Realista de Morgenthau com a realidade fática, analisando o conteúdo histórico e documental relativo às relações dos principais Estados Ocidentais, durante o período no qual a Líbia foi liderada por Gaddafi. Por fim, aponta-se que, após realizada a pesquisa, percebeu-se que a população da Líbia ainda vivencia inúmeras disputas internas e o número de vítimas não para de crescer. A instabilidade política predomina, sem a perspectiva de um envolvimento dos Estados ocidentais que tanto contribuíram para a desestruturação da Líbia. Portanto, após feita esta dissertação, concluiu-se que, em pleno século XXI a pesquisa realizada, ao confrontar a teoria Realista de Morgenthau com a realidade fática, comprova que a mesma continua válida. Em outras palavras, os Estados continuam a se pautar pelo Poder e Conflito nas relações internacionais. Assim, toda a base do Realismo continua válida e em prática.

Palavras-chave: Líbia; Realismo; Morgenthau; Poder; Conflito; Relações Internacionais; Potências Ocidentais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP -	<i>British Petroleum</i>
CNT -	Conselho Nacional de Transição
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA -	Estados Unidos da América
FMI -	Fundo Monetário Internacional
LDN -	Liga das Nações
ONU -	Organização das Nações Unidas
OPEP -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
UA -	União Africana
UE -	União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	9
2.1	Uma breve visita ao Realismo Político de Morgenthau.....	9
3	ENTENDENDO A SITUAÇÃO DA LÍBIA	16
3.1	Breve histórico período compreendido até 1980.....	17
3.2	Conclusão Parcial.....	21
4	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE A LÍBIA DE GADDAFI E AS POTÊNCIAS OCIDENTAIS	23
4.1	Sanções dos EUA e ONU no Século XX.....	23
4.2	Estreitando laços no Século XXI.....	25
4.3	A Primavera Árabe e as consequências para o regime de Gaddafi na Líbia.....	28
4.4	A Intervenção do CSNU na Líbia.....	31
4.5	Conclusão parcial.....	33
5	OS REAIS INTERESSES DAS GRANDES POTÊNCIAS OCIDENTAIS NA LÍBIA	36
5.1	Conferência de Paris.....	38
5.2	Conclusão parcial.....	45
6	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar as ações das principais potências ocidentais no Estado líbio. Para tanto, as atenções estão voltadas para o período que se estende entre os anos de 1969 e 2011, no qual a Líbia foi governada por Muammar Gaddafi (1942-2011). Assim, de modo a realizar esta pesquisa, observam-se os eventos desse período histórico a partir de uma ótica voltada para as Relações Internacionais por meio do confronto entre a Teoria Realista de Hans J. Morgenthau (1904 -1980) e a realidade verificada ao longo da pesquisa.

O caso da Líbia aqui estudado culmina com a morte do ditador Gaddafi ocorrida em 2011, evento este que ainda ecoa na mídia. Para notar tal repercussão, basta ver as “trocas de farpas” entre o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump (1946 -) e o ditador da Coreia do Norte, Kim Jong-un (1983 -), nas quais o caso líbio é, por vezes, lembrado pela imprensa internacional como exemplo de que os interesses e o relacionamento entre os Estados mudam, em especial quando as grandes potências não tem seus interesses atendidos. Assim, no que diz respeito a este exemplo atual, o motivador de mudança no relacionamento com os EUA – Coreia do Norte seria, de início, a desnuclearização da Coreia do Norte.

Tendo em vista este cenário e acontecimentos semelhantes, nesta pesquisa, a questão da Líbia é explorada por meio de uma especial atenção aos motivos que levaram à queda do regime do ex-líder Muammar Gaddafi no ano de 2011. Período de importantes acontecimentos no mundo, uma vez que nesse mesmo momento emergia a Primavera Árabe que, em linhas gerais, pode ser entendida como uma onda de protestos e revoltas que provocou a queda de governantes, como os ditadores da Tunísia (Zine el-Abidine Ben Ali - 1936 -) e do Egito (Mohammad Hosni Mubarak – 1928 -).

Ao dar enfoque a esse contexto, percebe-se que, contrariamente ao que ocorreu na Líbia, os líderes da Tunísia e do Egito deixaram o poder sem oferecer grande resistência. Em outras palavras, no Estado líbio a tentativa de derrubada de Muammar Gaddafi provocou um conflito interno com ação militar decisiva do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o qual certamente contribuiu para o desfecho que levou à morte do ditador Muammar Gaddafi pela sua própria população (PRASHD, 2012).

Nesse atual, complexo e difuso cenário, é possível afirmar que uma teoria construída no Século XX ainda pode balizar as relações internacionais? Avaliando a situação ocorrida na Líbia e a interação daquele Estado com as potências ocidentais, pretende-se examinar se, em pleno século XXI, uma teoria específica, a teoria de Morgenthau, e seus ensinamentos acerca do Realismo nas relações internacionais, são confirmados ou negados quando confrontados com um contexto diferente daquele em que foram concebidos.

Frente a esse questionamento, nessa dissertação propõe-se (e busca-se avaliar) a seguinte hipótese: os preceitos da Teoria Realista das Relações Internacionais moldados no século passado, por Morgenthau, podem ser confirmados nas interações da Líbia com as principais potências do Ocidente, no período de governo de Gaddafi.

Portanto, nessa pesquisa optou-se por olhar para a questão Líbia a partir da ótica do Realismo clássico. Sendo assim, o empreendimento dessa pesquisa se deu por meio da priorização da análise de conceitos elencados por Morgenthau (2003). Mais especificamente, enfoque foi dado à sua obra “A política entre as Nações”. Isso ocorreu porque esse livro é considerado, por alguns críticos, como um divisor de águas na reflexão sobre a natureza e sobre a evolução da política internacional. Além disso, sua originalidade também advém do fato de que, no momento em que foi escrito, o autor investigou e apresentou, de forma sistemática, uma exata compreensão acerca das forças que determinam as relações políticas

entre os Estados, a qual foi balizada por um arcabouço teórico que pretendeu ter um grande alcance explicativo da realidade internacional (FARIAS, 2001).

Cabe assim ressaltar que, metodologicamente, nessa dissertação, foi empreendida uma pesquisa bibliográfica e documental, de modo a confrontar a teoria Realista de Morgenthau com a realidade fática, analisando o conteúdo histórico e documental relativo às relações dos principais Estados Ocidentais, durante o período no qual a Líbia foi liderada por Gaddafi. Além disso, é necessário destacar que, ademais dessa introdução, esta pesquisa apresenta mais cinco capítulos.

O capítulo dois busca trazer um enfoque para a questão teórica que sustenta essa pesquisa, qual seja: o Realismo nas Relações Internacionais, suas premissas, conceitos e contribuições. O capítulo três, por sua vez, traz a realização de uma contextualização histórica relativa à situação da Líbia para que houvesse um melhor entendimento dos fatos. No capítulo quatro, são abordadas questões relevantes que trazem os altos e baixos nas relações da Líbia com as potências ocidentais a partir do enfoque nas duas intervenções militares já realizadas naquele Estado. Além disso, analisa-se, também, a primavera árabe e suas consequências. No capítulo cinco, são discutidas questões ligadas aos reais interesses das potências ocidentais ao realizarem uma intervenção militar na Líbia no ano de 2011. Por fim, no último capítulo, são trazidas conclusões do trabalho acerca das relações internacionais e sobre a aplicabilidade da teoria de Morgenthau aos fatos ocorridos na Líbia.

2 REALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De acordo com Thales Castro (2016, pág. 311):

Toda teoria de Relações Internacionais representa síntese do pensar e do agir dos sujeitos na esfera externa. Toda teoria de Relações Internacionais é, na verdade, uma forma de saber internacional, ou melhor, de saberes internacionais complexos e interrelacionados.

Para que seja possível realizar uma análise do caso líbio sob a ótica do Realismo de Morgenthau, neste capítulo é apresentado de forma sucinta, o Realismo Político, de modo a discutir seus conceitos, construídos no século passado, momento no qual imperava outra ordem. Para isso, tem-se como base os estudos de Hans J. Morgenthau. Isso ocorre porque, acredita-se que, com base nessa perspectiva teórica, é possível avaliar posteriormente se os mesmos pressupostos de Morgenthau ainda são aplicáveis na atual realidade fática da Líbia do século XXI.

2.1 Uma breve visita ao Realismo Político de Morgenthau

A partir de 1945 há um relativo declínio do liberalismo idealista¹ do período entre guerras (1918-1939) ocorrido, em grande parte, devido à incapacidade da Liga das Nações (LDN) em gerenciar crises internas e uma articulação para uma ordem mundial pacífica e ordenada. Neste mundo pós-Guerras, Morgenthau realizou uma nova leitura do Realismo Clássico dos consagrados Sun Tzu (544 a.C – 496 a.C), Tucídides (460 a.C – 400 a.C), Maquiavel (1469 -1527), Hobbes (1588 - 1679), dentre outros.

Acrescenta-se à noção de declínio do liberalismo o fato de que este não logrou êxito em impedir a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Ainda que

¹ O liberalismo idealista é uma escola de pensamento dentro das Relações Internacionais, cujos pressupostos divergem daqueles do Realismo. Regra geral, pode-se apontar que o liberalismo idealista está sintetizado nos 14 pontos apresentados pelo presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson (1913-1921) e que seus objetivos são 1) entender os motivadores da guerra e, 2) tentar evitá-la.

privilegiasse a construção institucional e jurídica da paz, em escala global, menosprezou ou reduziu a importância das considerações de poder, cujos maiores exemplos de fracasso foram a LDN e o protocolo Briand-Kellog². Na leitura de Morgenthau, o idealismo nas relações internacionais não poderia existir, haja vista o predomínio do interesse definido em termos de Poder, sendo este o norte que orienta as ações dos Estados.

No mundo pós Segunda Guerra pode-se presenciar uma era nuclear das Relações Internacionais. O *thanatos* (termo que se refere à morte) foi revelado para o mundo na forma de duas bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki (1945). Ademais, houve um considerável avanço tecnológico nas ciências aeronáuticas e espaciais e nas telecomunicações. Neste contexto houve, também, a consolidação da separação da disciplina das Relações Internacionais, com autonomia metodológica, de outras áreas, tais como a História e o Direito Internacional.

Conforme afirmado anteriormente, as concepções de Morgenthau (2003) sobre a amoralidade da política internacional são moldadas no contexto da Guerra Fria, período esse em que foi apresentada ao mundo a rivalidade de “soma zero” bipolar. De acordo com o autor, haveria, assim, um fosso entre uma moral para a esfera pública e outra para a privada.

Se pela lente do idealismo é possível perceber a vontade de um mundo no qual prevalece à construção institucional e jurídica da paz, pela lente do Realismo pode-se enxergar um mundo repleto de imperfeições como fruto das ações de natureza humana. Prevalecem, para o Realismo, interesses contrários entre Estados que acarretam em contínuos conflitos. Considerando a impossibilidade de se utilizar de forma plena os princípios morais, o que se busca, ainda que de forma passageira, é o equilíbrio dos interesses, na qual os conflitos são amenizados de forma precária.

² De forma muito simplificada é possível afirmar que o protocolo Briand-Kellog, assinado em 1928, versava sobre um acordo entre os EUA e outras potências para que houvesse uma renúncia a futuras guerras.

Morgenthau (2003), com base na ideia de que há um interesse estabelecido pelas grandes potências, engendra, em sua obra, um grau de objetividade e de cientificidade das leis gerais que governam o poder. Apregoa, ainda, que a segurança e a soberania estatais devem ser prioridade de toda política externa. Para ele, os princípios morais não possuem alcance nem tampouco regras universais. Portanto, não podem servir como eixo de diretriz de conduta internacional dos Estados.

Destaca-se ainda que o trabalho de Morgenthau procurou demonstrar, por fatos históricos, que sua teoria está relacionada à natureza humana tal como esta se apresenta. Dessa maneira, Morgenthau (2003), em sua obra “A Política entre as Nações” fundamenta o Realismo em princípios e faz destaque à razão como ferramenta essencial para possibilitar a compreensão dos fatos que permeiam as relações internacionais. Para tanto, Morgenthau (2003) enumera seis princípios do Realismo Político, quais sejam:

1) A política obedece às leis objetivas que são fruto da natureza humana. Portanto, entender previamente às leis pelas quais a sociedade se governa é condição essencial para aperfeiçoamento da sociedade. A natureza humana que busca forma racional a luta pela sobrevivência não pode ser ignorada. Por isso, não estando a operação dessas leis alheias às preferências humanas, quaisquer homens que tentem desafiar-las terão de incorrer no risco de fracasso. Este princípio retrata que, tanto a nossa natureza humana, como a política, não são mudadas de tempos em tempos, mas obedecem a leis objetivas.

2) O interesse dos Estados é sempre configurado em termos de Poder. Este segundo princípio indica que os interesses dos Estados são condicionados pela busca racional dos ganhos e perdas na política externa. Portanto, as influências morais não são consideradas nas ações governamentais. Dessa forma, o governante deve se guiar pelo interesse nacional para uma adequada condução de sua política exterior, a qual não deve estar associada às simpatias pessoais do governante.

3) O Realismo parte do princípio de que seu conceito-chave de interesse, definido como poder, constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente. Tal princípio busca destacar que as relações entre as nações são definidas, historicamente, em termos de poder. Contudo, em determinado contexto histórico, cultural e político, o tipo de interesse das ações políticas pode variar, portanto, o que importa é maximizar o poder dos Estados.

4) O Realismo político conhece o significado moral da ação política e reconhece a inevitável tensão entre os preceitos morais e as exigências para que uma ação política tenha êxito. Pode-se inferir que, de forma genérica, a influência da moral e da ética podem ser usadas como mecanismos de justificação e de legitimação da ação dos Estados, mas não servem para julgar o comportamento destes.

5) O Realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de um determinado Estado com as leis morais que governam o universo. Morgenthau (2003) destaca que os princípios morais de uma nação, quer fossem os valores do bloco soviético ou da sociedade norte-americana, não deveriam ser aceitos como universais, uma vez que não é correto considerar qualquer tipo de visão como a mais verdadeira ou a mais correta.

6) O Realista político não ignora a existência nem a relevância de padrões de pensamento que não sejam os ditados pela política. Isso porque, de acordo com Morgenthau (2003), há uma autonomia na esfera política. Esta não se sujeita a nenhuma outra ciência como a Economia ou o Direito. Em outras palavras, a política internacional possui suas próprias leis e regras.

Portanto, os argumentos abordados na definição dos princípios do Realismo Político se caracterizam, em especial, pela apresentação das políticas dos Estados direcionadas para a busca de seus interesses, os quais, por sua vez, podem ser definidos como Poder. Além disso, a supracitada busca de interesses é conduzida por uma política na qual

imperam a natureza humana. Os princípios morais universais não são guias. Muito pelo contrário, as ações acontecem de acordo com as circunstâncias concretas do tempo e do lugar.

De modo a traduzir tais ideias, Morgenthau (2003) se baseia em fatos históricos para comprovar que o Poder conduz a forma de pensar da política e das ações. Essas regras possuem institucionalidades que perpassam os interesses nacionais e condicionam a ideia de anarquia³ e entropia⁴ no Sistema Internacional.

Para Morgenthau (2003, p.199) Poder seria definido como, “[...] a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens, esse que pode ser encontrado sempre que seres humanos vivem em contato social um com os outros.” Naturalmente, a partir da obra de Morgenthau, esse conceito pode ser elevado para um patamar Estatal.

Ainda de acordo com o autor, para a consolidação do poder, em seu sentido amplo, seria relevante a existência de uma população densa juntamente com um território vasto que, por sua vez, deveria estar posicionado de forma estratégica. Deve-se, contudo, somar a essas características uma eficiente capacidade produtiva do setor industrial e bélico, de tecnologia. Desse modo, compreende-se que a capacidade para desenvolvimento de armamentos militares de uma doutrina militar são elementos vitais aos objetivos de Defesa Nacional e a geoestratégia de integridade territorial. Portanto, todos estes aspectos reforçam o seu Realismo.

Morgenthau (2003) também destaca que, para uma efetiva manutenção e defesa da integridade territorial, é mister a presença de Forças Armadas preparadas para pronto emprego para defesa e, eventualmente, ataques estratégicos. Isso porque, visando evitar a cobiça internacional, as Forças Armadas devem exercer papel importante devendo ser bem

³ Refere-se a uma falta de autoridade superior aos Estados na ordem internacional. No Realismo a anarquia do sistema mundial não pode ser superada, pois os Estados nunca se sentirão suficientemente seguros para ceder a sua soberania a alguma autoridade superior em forma de governo mundial.

⁴ A entropia pode ser a magnitude (grandeza) física termodinâmica que permite medir a parte não utilizável da energia contida num sistema, o que significa que essa parte da energia não pode ser usada para produzir um trabalho.

equipadas com armas sofisticadas de alta capacidade de destruição e precisão para a preservação da soberania. Em outras palavras, sem o pleno domínio e o usufruto de matérias-primas essenciais e outros recursos naturais e energéticos (renováveis e não renováveis) que alimentam às indústrias e à defesa nacional não se pode consolidar a robustez da atividade econômico-produtiva nacional, no campo da análise geopolítica.

Em resumo, o Estado deve garantir o acesso soberano aos recursos que assegurem uma ágil e eficiente mobilização, o comando, a logística e o controle militar integrado. É, portanto, ponto de convergência para as ações públicas de médio e longo prazo na projeção e no aumento do quociente de poder nacional, a manutenção e o controle do aparato militar.

Nesse sentido, ao aprofundar o conceito de poder, Morgenthau (2003) nos apresenta outro conceito: o do Poder Nacional. Para o autor, o conceito de Poder Nacional pode ser relativamente quantificado entre os Estados considerando-se os seguintes elementos: Geografia, Recursos Naturais, Grau de Preparação Militar, Capacidade Industrial, População, Índole Nacional, Moral Nacional, Qualidade da Diplomacia e Qualidade do Governo.

A Capacidade Industrial é representada a partir das instalações fabris e suas capacidades para a utilização de matérias-primas para fins civis e militares. A População, por sua vez, estabelece a criação e a aplicação dos elementos do Poder Nacional. A Índole Nacional, de acordo com Morgenthau (2003), representa a valorização do intelecto e da índole. A Moral Nacional, no que lhe diz respeito, indica o grau de determinação com que o povo apoia as políticas externas do seu governo na guerra e na paz. A qualidade da Diplomacia é responsável pela utilização dos diferentes elementos do Poder Nacional, visando produzir os maiores efeitos possíveis na política internacional. E, por fim, a Qualidade do Governo mensura, adequadamente, a postura da política externa comparada ao Poder Nacional disponível, assim como balanceia corretamente os recursos existentes e aufere o apoio da população.

A partir da breve exposição dos aspectos que permeiam o Realismo, percebe-se que sua análise e seu uso podem servir como alavanca para se estudar os meios e as formas de melhor preparar os Estados, via a implementação de sistemas de planejamento e exercício de força, para a condução de eventuais conflitos armados. Com a concretização do uso desses elementos, um Estado, à luz do Realismo político, possuirá a capacidade e o potencial para mobilizar estrategicamente os demais atores de menor estatura cratológica⁵, nas relações internacionais.

Contudo, é importante destacar que esse processo de influência é dependente, também, de elementos intangíveis: a vontade nacional, a habilidade diplomática, o suporte popular ao governo (legitimidade). Quando um Estado cria eventos, elabora regras de comportamento no âmbito internacional, muda o interesse nacional de outros Estados e exerce influência sobre seus valores – esse seria um bom exemplo de um Estado que exerce com habilidade seu poder (MORGENTHAU, 2003).

A partir dessa resumida apresentação da Teoria Realista de Morgenthau, pode-se verificar que as ações dos Estados convergem na busca pela ampliação do Poder Nacional, tornando-os mais capacitados a impor suas vontades sobre outros Estados. Isso porque este Poder é composto por elementos constitutivos. A natureza humana, em um sentido pessimista, permeia a política externa, a qual, por sua vez, não segue os princípios morais universais, mas sim os seus interesses. Assim, compreende-se que os aspectos apresentados podem ser comprovados ao longo da história fazendo uso sempre dos fatos e da razão.

⁵ Ciência para pesquisar o poder em todas as manifestações da consciência.

3 ENTENDENDO A SITUAÇÃO DA LÍBIA

Houve importantes e marcantes transformações políticas, econômicas e sociais no século passado que marcaram decisivamente a história do Estado líbio; porque a independência e a emancipação de diversos Estados da Europa, entre 1940 e 1960, como no caso dos Estados africanos, provocaram relevantes alterações no mapa mundial. De modo a observar essas transformações, especificamente na Líbia, esse capítulo se dedica a apresentar um breve histórico desse Estado, a partir de um enfoque em sua forma moderna.

Segue abaixo um mapa da região, o qual será útil ao longo do trabalho para eventuais consultas:



FIGURA 1 - Mapa da Líbia
Fonte: AFRICA CONFIDENTIAL, 2014.

3.1 Breve histórico período compreendido até 1980.

A Líbia é um Estado que foi constituído de forma artificial, como resultado da política colonialista europeia. Constituído por, aproximadamente 140 tribos sem vínculos. A própria denominação do Estado, o nome Líbia, dada pelos egípcios antigos, somente foi resgatada pelos italianos em 1930.

Neste complexo de tribos, três regiões merecem destaque: Tripolitânia, Círenaica e Fezzan. A Tripolitânia está localizada no litoral oeste da Líbia (local de origem e influência de Gaddafi); Círenaica, por sua vez, está localizada nordeste daquele Estado, na região mais rica em petróleo; e, por fim, Fezzan, está localizada ao sudoeste desértico daquele Estado e somente foi reunida às outras duas tribos pelos Otomanos, no século XIX. Porém, mesmo após a citada união, percebe-se que não surgiu, automaticamente, uma unidade harmônica entre as regiões da Líbia. Pelo contrário, predominou, assim, um cenário difuso no qual as tribos pouco interagiam. Não existia, portanto, uma unidade política e governamental entre as regiões (RIBEIRO, 2012).

A partir de 1911, a Itália derrotou o Império Otomano e ocupou as citadas regiões, iniciando sua influência naquele Estado. Um pouco mais à frente, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as tropas italianas e alemãs, tendo sido derrotadas por tropas britânicas e francesas, fizeram com a Itália perdesse o domínio na região.

Assim, o mando territorial passou a ser exercido pelas potências do Reino Unido e da França até 1951, época em que a Líbia se tornou independente. Estabeleceu-se, então, uma Monarquia Constitucional e Mohamed Idris al-Senousi (1889-1983), líder da ordem religiosa Senousi, foi aclamado como Rei. Dessa maneira, a Líbia tornou-se a segunda colônia africana, depois da África do Sul, a obter a independência (PATTISON, 2011).

Para se sustentar no poder, o Rei Idris optou por receber elevados subsídios britânicos permitindo, em contrapartida, que as tropas do Reino Unido permanecessem naquele Estado (o que ocorreu até 1966).

Além disso, a Líbia representava um dos Estados mais pobres do mundo, até a descoberta de petróleo em seus territórios no ano de 1958, oportunidade em que passou, também, a depender do suporte financeiro dos Estados Unidos da América (EUA) para a exploração do produto. Contudo o apoio foi condicionado à instalação de bases militares em seu território.

Constata-se que, já em 1959 as principais empresas petrolíferas, ENI, TOTAL e BP, atuavam no Estado. Não muito depois, no ano de 1968, a Líbia tornou-se o segundo maior produtor de petróleo no mundo árabe, atrás apenas da Arábia Saudita (RIBEIRO, 2012).

No que diz respeito ao relacionamento da Líbia com potências estrangeiras, merece comentário e destaque o fato de sempre haver, por trás, um interesse financeiro, no caso a exploração do petróleo. Avaliando essas ideias, compreende-se que as potências ocidentais nunca deixaram a postura colonialista de lado, em que pese os discursos contrários.

Além do interesse financeiro, é mister ressaltar que o Estado líbio, além de ser um grande produtor de petróleo, possui uma singular importância geopolítica, haja vista sua posição estratégica no continente africano.

Estando a Líbia localizada entre a Tunísia, Egito e Argélia (FIG. 1) e fazendo fronteiras com Níger, Chade e Sudão, é considerada uma porta de entrada para a África Subsaariana. Pesa-se ainda o fato da existência de um importante aquífero, denominado Arenito Núbio, o qual se encontra em sua maior parte sob o território líbio (VANDEWALLE, 2011).

Neste contexto histórico, geopolítico e influenciado pelo nasserismo⁶, um grupo de oficiais do Exército, sob a liderança do Coronel Gaddafi, valendo-se da ausência do Rei Idris, que estava em viagem ao exterior, realizou um golpe de Estado, em 1969, que culminou com a destituição do rei e na ascensão de um novo regime, o qual seria liderado por Gaddafi (RIBEIRO, 2012).

Além disso, de maneira complementar, após o golpe, Gaddafi iniciou um processo de subversão da ordem, tendo determinado a remoção das bases e tropas estrangeiras do território líbio, daí o início da insatisfação das potências ocidentais (ROBERTO, 2015).

Deve-se somar ainda que os direitos e bens de companhias petrolíferas que atuavam na Líbia foram nacionalizados sob a alegação de que essas empresas estavam utilizando os recursos do povo líbio para obterem maior rentabilidade, sem qualquer contrapartida satisfatória para o Estado da Líbia (VANDEWALLE, 2011).

Nesse novo regime, a estratégia de Gaddafi, para governar sem vozes dissonantes, foi o estabelecimento de conselhos locais. Dessa forma, ainda que houvesse uma explosão de vozes dissonantes, nenhuma delas seria alta o bastante para ser ouvida. Gaddafi também adotou um neologismo, *jamahariyya*, que significa “Estado das massas”. Segundo o novo líder líbio, esse Estado seria uma evolução ao *jumhuriyya*, termo tradicional árabe que significa “República”. Nesse novo Estado, a partir de uma aliança entre as tribos, e por meio da subversão da ordem vigente, emergiu como principal objetivo a criação de uma forma especial e árabe de socialismo (WELSH, 2011).

A criação em 1977 da *jamahariyya* possibilitava, assim, que os conselhos elegeassem um Congresso do Povo, para que fosse escolhido um Comitê-Geral, que funcionaria como gabinete ministerial que, por sua vez, seria responsável por apoiar o “Líder Irmão e Guia da Revolução”, o título preferido de Gaddafi. Com base nesse conceito de

⁶ Movimento populista que tinha como base um extremado nacionalismo e que fora idealizado pelo então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, em setembro de 1969.

jamahariyya, Gaddafi conseguia neutralizar a força de cada tribo líbia, concedendo, em troca, pequenos poderes ou jogando-as uma contra as outras para agir como árbitro dos conflitos (WELSH, 2011).

Além disso, Gaddafi desenhou o sistema político líbio no *Livro Verde* – semelhante ao modelo de Mao Tsé-tung, que possuía um Livro Vermelho. De acordo com Bazzi (2011) o Livro Verde era um compêndio de grandes obviedades, grandes desvarios e grandes arbitrariedades. Fora do contexto local é difícil entender esse livro, mas para os Líbios este funcionava como uma Constituição informal. A *jamahariyya* havia, assim, extinguido a antiga Constituição.

É relevante ainda ressaltar que a formação da estrutura militar da Líbia de Gaddafi não se caracterizou por vínculos nacionais. Diferentemente, a principal característica era a de que a estrutura militar era formada e organizada do mesmo modo que regimentos milicianos, ou seja, cada tribo mantinha uma parte do poder para exercê-lo em sua região. Não havia na Líbia um Estado-Maior e um generalato, daí o fato de que a maior patente era a de coronel, fato comum em sistemas regimentais (RIBEIRO, 2012).

Em seu Livro Verde, Gaddafi pregava um conjunto de pensamentos e diretrizes que funcionavam como manual político no Estado. Afirmava-se que a população da Líbia teria o direito de lutar, por meio da revolução popular, para destruir instrumentos que usurpassem a democracia. Defendia, ainda, um Estado governado diretamente pelo povo, sem intermediários. Curiosamente, apesar de destacar que o poder, na Líbia, emanava do povo, estava implícita a condição de que quem mandava eram as pessoas comuns, mas que quem não mandasse como Gaddafi queria, seria mandado para a prisão (BAZZI, 2011).

Percebe-se que nas décadas seguintes, em especial, após o falecimento do líder egípcio Gamal Abdel Nasser (1918 – 1970), Gaddafi buscou assumir uma posição de liderança no Mundo Árabe, mas, de fato, não obteve sucesso. A aproximação do Egito com os

EUA e as negociações de paz com Israel, fizeram com que Gaddafi fosse perdendo influência junto às lideranças árabes.

Cabe, por fim, destacar que no capítulo 4 a discussão acerca do relacionamento de Gaddafi com os governantes das potências ocidentais é retomada. Ressalta-se, também, que essa discussão se dá, inclusive, por meio de novos fatos históricos, que são úteis à análise que se realiza nessa pesquisa.

3.2 Conclusão Parcial

Neste capítulo buscou-se apenas destacar questões históricas e contextualizar a Líbia no contexto global. Feito isso, já é possível perceber que o território líbio desperta, historicamente, singular interesse das Potências Ocidentais tendo estas se ocupado em revezar o controle sobre o Estado ao longo das últimas décadas, em uma clara relação realista, na qual o Estado busca, acima de tudo Poder.

Ressalta-se que essa conclusão parcial advém do fato deste Estado ser um grande produtor de petróleo, possuir uma singular importância geopolítica, haja vista sua posição estratégica no continente africano e, ainda, estar, quase integralmente, sobre o aquífero, Arenito Núbio.

Percebeu-se, também, que, mesmo em períodos nos quais o Estado era considerado independente, a partir de um governo próprio, essa liberdade era pautada por condições impostas pelas Potências Ocidentais, vide a exigência de manutenção de bases do Reino Unido e, posteriormente, dos Estados Unidos da América naquele Estado em troca de subsídios. Essa necessidade de influenciar em grande parte é explicada pelo petróleo, matéria-prima de primeira necessidade na manutenção e consolidação do Poder de um Estado, conforme estudado no capítulo 2 que traz a teoria que nos baliza no presente estudo.

Por fim chama, ainda, a atenção o ensinamento de Morgenthau (2003), com relação à importância da População como elemento do poder nacional. Essa falta de unidade populacional que culminou em uma divisão advinda de um processo de integração artificial, sugere uma Líbia mais suscetível de ser afetada por interesses de outros Estados, visto a fragilidade de um dos principais elementos que compõe o poder nacional.

4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE A LÍBIA DE GADDAFI E AS POTÊNCIAS OCIDENTAIS.

Conforme discutido no capítulo anterior, que apresentou um contexto histórico, é possível perceber que a relação da Líbia com as potências ocidentais sempre foi bastante conturbada – principalmente no que diz respeito aos EUA, à França, à Itália e ao Reino Unido. Deste modo, neste capítulo são avaliadas estas relações com as potências ocidentais para que seja possível realizar uma análise que conduza à consecução do propósito deste trabalho.

4.1 Sanções dos EUA e ONU no Século XX

Conforme analisado no capítulo anterior, o governo Gaddafi adotou medidas contrárias aos interesses das grandes potências. Dessa maneira, tais atitudes naturalmente causaram impacto e desestabilizaram suas relações com o Ocidente. Como consequência, houve um distanciamento das potências ocidentais, EUA, Itália, Reino Unido e França.

O presidente estadunidense, Ronald Reagan (1911 – 2004), que governou os EUA no período de 1981 a 1989, acusou a Líbia de apoiar organizações terroristas internacionais, tanto que, no ano de 1981, o governo dos EUA fechou sua embaixada na Líbia. No ano de 1986, com base no “risco à segurança nacional norte-americana”, após a explosão de uma bomba em uma *boate*, localizada na cidade de Berlim, onde se encontravam cerca de 200 soldados estadunidenses e tendo sido apurada pela inteligência mensagens que ligavam o desastre ao Governo da Líbia, os EUA, em decisão unilateral assinada pelo então Presidente Reagan, impuseram pesados embargos contra a Líbia. Inclui-se, nestas represálias, um pesado bombardeio na operação denominada “*Eldorado Canyon*” que, além de bases militares e centros de treinamento, atacou, inclusive a casa em que residia Gaddafi e sua família. Além

disso, posteriormente, no ano de 1986, foi aprovada pelo Congresso estadunidense a Lei que ficou conhecida como *D'Amato*, a qual previa punições para empresas que aplicassem acima de 40 milhões de dólares por ano no setor petrolífero na Líbia.

Além das sanções acima a Organização das Nações Unidas (ONU) também aplicou punições a partir de 1992, em razão do suposto patrocínio líbio aos atentados terroristas que acarretaram a queda de aeronaves da Pan Am em Lockerbie, Escócia, no ano de 1988, e da empresa francesa UTA em Níger, em setembro de 1989. Somaram-se também, às razões para estas punições, a existência de suspeitas de que Gaddafi estaria enriquecendo urânio para o desenvolvimento de uma bomba atômica e o fato de que o mesmo havia declarado apoio a terroristas internacionais para eventuais ataques (MURRAY; HEHIR, 2014).

Pela Resolução nº 748/1992 da ONU, estabeleceram-se as seguintes proibições: a) tráfego de voos aéreos entre os territórios dos Estados membros daquele Órgão e a Líbia; b) venda de aeronaves, inclusive serviços de manutenção e peças de reposição; c) fornecimento de material militar, inclusive peças e material correlato. Ademais, foi reduzido o número de pessoas nas missões diplomáticas da Líbia.

Houve ainda a resolução 883/1993 que reforçou as sanções e passou a incluir o congelamento de bens do Governo da Líbia e empresas a ele ligadas, com exceção de operações decorrentes da venda de petróleo e produtos agrícolas; houve ainda o fechamento das empresas *Lybian Airlines*, no exterior e proibição de fornecimento a Líbia de certos componentes usados na indústria petrolífera.

A despeito das sanções, o que se constata na prática é que houve um incremento na venda de armas à Líbia nos quais se destacam: a Itália na venda de explosivos, sistemas de mísseis, helicópteros e de armas; o governo britânico, na exportação de bombas de gás lacrimogêneo e munições de controle de multidões e rifles de precisão; e os belgas na venda

de armas de pequeno calibre e munições, além de artigos como fuzis, metralhadoras e granadas. Além disso, os alemães, por meio de acordo assinado pelo Primeiro Ministro Gerhard Schröder (1944 -), disponibilizaram agentes policiais para treinar a guarda de segurança pessoal de Gaddafi em troca de petróleo. Merece destaque ainda o fato de o Reino Unido estar entre os maiores expositores do evento de defesa e segurança da Líbia (RIBEIRO, 2012).

Na tentativa de minimizar os danos causados pela pressão internacional e manter-se no poder, no ano de 1993, Gaddafi iniciou um projeto para realizar a substituição dos citados sistemas regimental e tribal para uma espécie de “conselhos populares”, aos quais eram concedidas delegações para a distribuição de financiamentos para imóveis próprios, empregos e até mesmo vagas em escolas. Contudo, a essa tentativa de unificar o poder mediante a retirada do poder militar dos chefes das tribos a reação foi imediata. A partir disso iniciou-se uma sangrenta luta interna pelo controle, na Cirenaica, local em que se encontrava a maior resistência ao Coronel Gaddafi (RIBEIRO, 2012).

Contudo, as sanções econômicas impostas à Líbia e a queda de preço do petróleo nos mercados internacionais degradaram, rapidamente, a sua situação econômica. Nesse momento, a insatisfação da população já era considerável. Fato esse que obrigou o ditador Gaddafi a buscar uma aproximação com as potências ocidentais e retirar a Líbia do isolamento⁷, como é possível verificar a seguir.

4.2 Estreitando laços no Século XXI

Devido às sanções impostas pelos Estados ocidentais ao longo das décadas de 1980 a 2001, que acarretaram uma redução na qualidade de vida da sua população e visando a

⁷ Estas questões, relativas ao relacionamento da Líbia com as potências ocidentais, são discutidas de forma detalhada no capítulo 5 desta dissertação.

retirada do Estado Líbio do isolamento, Gaddafi procurou restabelecer relações com as potências ocidentais.

Por isso, após o atentado de 11 de setembro de 2001⁸ aos EUA, o ditador líbio apoiou a Guerra ao Terror⁹ do governo estadunidense de forma ativa tendo, inclusive, entregue os agentes executores do atentado de Lockerbie.

As potências ocidentais avaliaram positivamente essa reaproximação, em especial devido à possibilidade de restabelecimento do fornecimento do petróleo; o *zeitgeist* havia mudado. Neste contexto de reaproximação foi dado início a um amplo processo de privatizações na Líbia.

Promoveu-se, assim, a abertura, sobretudo do setor de petróleo. O governo do líder excêntrico e errático, anteriormente considerado autoritário pelas potências ocidentais e outrora denominado “Cachorro Louco do Oriente Médio” pelo presidente Reagan, voltava à mesa de negociação com os mesmos Estados que o repudiava (FORER, 2011).

Também nesse contexto de reaproximação, merece destaque a invasão do Iraque, em 2003. Isso porque a partir desse evento as potências ocidentais voltaram as suas atenções à Líbia devido ao seu enorme potencial para fornecimento de petróleo, conforme já se observou no capítulo 3 deste trabalho. Portanto, devido ao temor de uma redução das fontes de fornecimento de petróleo, mais uma vez as potências ocidentais se reaproximaram da Líbia. No entanto, a partir daquele momento, a meta passou a ser a imposição de uma agenda neoliberal ao Estado¹⁰.

⁸ Em 2001, o grupo terrorista fundado por Osama Bin Laden sequestrou e lançou dois aviões contra as Torres Gêmeas do World Trade Center (WTC) e um contra o Pentágono, em Washington. Uma quarta aeronave não atingiu o alvo e caiu em um campo aberto na Pensilvânia. O ataque fez ruir as duas torres do WTC, com 110 andares cada, e deixou um total de 2.977 mortos.

⁹ Não se tratou de uma guerra direcionada a um Estado específico, foi na prática a adoção de uma postura política pautada em atentados terroristas. Essa política fomentou às ações bélicas do governo norte-americano na primeira década do século XXI, como consequência os EUA declararam de forma unilateral guerra ao Afeganistão e ao Iraque

¹⁰ Para maiores informações ler: PRASHAD, Vijay. *Arab Spring, Libyan Winter*. Oakland/Edinburgh: AK Press, 2012.

Vale ressaltar que, nesse período, a postura adotada pelo Estado Líbio foi a de abandonar o irrelevante e primário programa de armas químicas e nucleares. Além disso, o governo líbio decidiu arcar com as elevadas indenizações às famílias das vítimas dos desastres aéreos (explosões dos voos 103, da Pan-Am, em 21 de dezembro de 1988 e 772, da francesa UTA, em 19 de setembro de 1989) cuja mentoria havia sido imputada ao Estado Líbio. Assim, estes acontecimentos contribuíram para que a União Europeia (UE) e os EUA implementassem algumas medidas em apoio ao Estado e ao Governo de Gaddafi (VANDEWALLE, 2011).

Mesmo com o passado despótico e frente às alcunhas e rótulos ao ditador Líbio, Paris, Roma, Londres, Washington e por extensão a UE, não se furtaram a fazer negócios com Trípoli. Por isso, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2010, foram assinados vários acordos comerciais entre o Estado da Líbia e alguns Estados Ocidentais, especialmente no setor de petróleo e de infraestrutura, sendo a Itália, a França e o Reino Unido os principais parceiros comerciais¹¹.

Percebe-se que, aos olhos do ocidente, Gaddafi passou de vilão a “bom moço”, corolário de um processo no qual a diplomacia deixou fluir um elevado grau de boa vontade, em especial do então Secretário Geral das Nações Unidas Kofi Annan (1938-) e do presidente da África do Sul, Nelson Mandela (1918-2013) (MURRAY; HEHIR, 2014).

Vale, contudo ressaltar que, apesar da mudança de postura de Gaddafi com o Ocidente e da reintegração da Líbia à comunidade internacional, não houve uma melhoria nos direitos políticos ou nas liberdades civis do Estado. Percebe-se, então, que os membros da UE, bem como os EUA, fecharam os olhos para a situação dos Direitos Humanos no Estado, prevalecendo assim um enfoque na garantia de seus interesses nacionais.

¹¹ Este assunto é abordado de maneira detalhada no capítulo 5 do presente trabalho.

Nota-se, assim, que houve uma reaproximação na qual foram estabelecidos acordos e favorecimentos militares. No entanto, mesmo com essa cooperação, que não lembra em nada o idealismo político, o que se pode constatar no tópico 4.4 foi o desenrolar de uma violenta intervenção na Líbia, com anuência, ainda que tardia do CNSU.

4.3 A Primavera Árabe e as consequências para o regime de Gaddafi na Líbia

Os eventos decorrentes e simbolizados pela atitude Moahmed Bouazizi¹², no final de 2010 e início de 2011, foram o estopim para o início dos levantes no Oriente Médio e na Líbia, e constituíram a chamada Primavera Árabe.

Cabe destacar que a Primavera Árabe foi impulsionada por diversos fatores. Entre eles estavam: a elevação nos preços dos alimentos (em especial do trigo e por consequência do pão); e, a imensa insatisfação das populações que enfrentavam crescentes taxas de desemprego, fruto em grande parte da estagnação política de governos que se mantinham no poder por décadas. O presidente da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali (1936 -), estava no poder havia 23 anos e contava com apoio dos EUA para se manter.

Contudo, a Primavera Árabe não ficou restrita à Tunísia. No Egito, o então presidente, Hosni Mubarak (1928 -), que estava havia três décadas no poder, deparou-se com protestos motivados pelas mesmas causas que alimentaram os protestos tunisianos. A derrubada do Presidente ocorreu em fevereiro de 2011. Além disso, vários Estados do Norte da África e do Oriente Médio dentre os quais se destacam Argélia, Marrocos, Bahrein, Kuwait, Iêmen, Iraque e Líbia foram, também, afetados pelo evento. Alguns com menos intensidade e com tratamentos e resultados diferentes do ponto de vista das Relações Internacionais. Por exemplo, de acordo com Prashad (2012), os Estados vizinhos da Líbia

¹² Mohammed Bouazizi (1984 -2010) era um vendedor tunisiano que trabalhava nas ruas e que, com apenas 26 anos, lançou gasolina e pôs fogo em seu próprio corpo, no dia 17 de dezembro de 2010. Sua atitude se deu como forma de protesto contra os altos preços dos alimentos e contra a repressão do regime do presidente da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali.

possuíam regimes ditatoriais em comum, mas a liderança na Líbia não era completamente servil às vontades dos EUA e da UE como ocorria na Tunísia e no Egito.

Nesse contexto em que descontentamentos se alastravam¹³, no início de fevereiro de 2011, iniciou-se na Líbia a “Primavera Árabe”. Conforme assinala Prashad (2012) o Estado da Líbia não havia vivenciado nenhum aumento significativo nos preços dos alimentos, ao contrário do que ocorreu em outros Estados da região. Entretanto, vários protestos aconteceram na região Leste da Líbia. Na cidade de Benghazi, em paralelo, iniciou-se um levante armado, conduzido por dissidentes do regime de Gaddafi.

Somado a isso, é preciso ressaltar, assim como feito no capítulo 3, que o *mix* de fracasso de Gaddafi na criação de um sentimento de cidadania nacional entre a população, acompanhado de políticas opressivas e da falta de apoio externo em promover uma mudança política e social no Estado, acabou por criar um perigoso abismo entre o povo e o regime, levando os descontentes dentro da Líbia à conclusão de que teriam que agir unilateralmente para iniciar a desejada reforma democrática (HOLLIS, 2012).

Os rebeldes buscavam libertar o Estado do ditador. Porém, os protestos e as ações dos rebeldes foram reprimidos duramente pelo governo de Gaddafi, tendo resultado em um elevado índice de mortos e em uma calamidade crescente. Desse modo, as manifestações foram tomando vulto e um caráter mais violento. Manifestantes armados entraram em confronto direto com as forças de repressão do governo. Conseqüentemente, esses movimentos se espalharam para as localidades nas quais se encontravam as principais reservas de petróleo daquele Estado.

No âmbito internacional, vários Estados se manifestaram contra o governo do ditador Gaddafi e se declararam como opositores do mesmo, exigindo seu afastamento e

¹³ É relevante destacar que, à medida em que a Primavera Árabe foi ganhando força, as potências ocidentais e, também, a Arábia Saudita, buscaram manter no poder seus aliados, como, por exemplo, no Bahrein e do Iêmen, nestes casos os levantes foram reprimidos e abafados, sem nenhuma intervenção da OTAN.

liberdade aos cidadãos¹⁴. Além disso, de acordo com Prashad (2012), houve um contínuo avanço dos rebeldes líbios que, ao final de fevereiro, já haviam assumido o controle de várias localidades da Líbia. Dessa maneira, essa situação acarretou no significativo incremento do poderio bélico dos rebeldes, uma vez que estes passaram a dominar parte do Estado, bem como suas bases aéreas e navais.

O CSNU, em face aos acontecimentos, resolveu aprovar a resolução 1970/2011, na qual clamou pelo fim das hostilidades, além de estabelecer restrições de viagens de membros do governo Gaddafi, o congelamento de bens e proibição de venda de armas ao Governo e rebeldes Líbios. Porém, apesar dessa resolução, os conflitos não cessaram e as forças de Gaddafi de forma surpreendente, em meados de março, conseguiram deter os rebeldes e retomar as cidades centrais do Estado, além de avançar em direção a Bengazi e Misrata (PRASHAD, 2012).

Apesar dessa retomada de poder temporária, os protestos ao regime de Gaddafi voltaram a ganhar força, em parte motivados pelo que ocorria nos Estados vizinhos da Tunísia e do Egito, bem como em outras partes do Oriente Médio. Exigia-se, cada vez mais, a saída de Gaddafi. Nesse sentido, o ditador respondeu ao levante armado de forma bastante violenta. A mídia denunciou violações em massa de direitos humanos e Chefes de Estado e de Governo abordaram esse tema em seus pronunciamentos (MATHEWS, 2011). Dessa maneira, em função do aumento dos protestos e da resposta dada por Gaddafi, o CSNU publicou a resolução 1973/2011 na qual autorizava o uso de medidas coercitivas contra o Estado líbio sob os auspícios do princípio da “Responsabilidade de Proteger”. Dada a singularidade e importância desse evento, o mesmo será retomado no próximo tópico de maneira mais pormenorizada.

¹⁴ No capítulo 5 essa questão é abordada com maiores detalhes e com especial atenção à Conferência de Paris, realizada logo após a queda de Gaddafi.

4.4 A Intervenção do CSNU na Líbia

Antes da intervenção à Líbia, autorizada pelo CSNU, houve um relevante aumento no volume de vendas de armamento do governo de Gaddafi o qual contribuiu para uma quebra do ténue equilíbrio interno entre as forças políticas da Líbia, dada a forma tribal de relacionamento existente naquele Estado. Conforme se estudou no início deste capítulo, várias potências ocidentais venderam abundantemente armas ao ditador Líbio. Como resultado, as milícias de Gaddafi realizaram ataques aos poços de petróleo controlados por seus oponentes.

Mesmo com a reação da oposição a essas atitudes hostis e do início vitorioso, percebe-se que, sem o apoio do CSNU, não seria possível enfrentar o grande poder que o líder líbio havia acumulado na última década, com apoio das potências ocidentais. O citado apoio veio a partir da intervenção dos Estados ocidentais sob a justificativa de defesa dos direitos humanitários e do conceito de Responsabilidade de Proteger (*Responsability to Protect* ou R2P).

Realizaram-se intervenções em nome dos direitos humanos estabelecendo uma “guerra religiosa do bem contra o mal”. No entanto, os reais interesses dos Estados participantes estavam ligados ao petróleo líbio. Esse amplo apoio das potências ocidentais deu sustentação ao quarto estágio da barbarização da civilização defendido por Hobsbawn (1997), no qual as democracias liberais, em nome dos direitos humanos, realizaram (e ainda realizam) intervenções militares com a intenção de favorecimentos diante do abastecimento de petróleo.

Prashad (2012) argumenta que as potências ocidentais arquitetaram junto à parte da elite da Líbia, outrora atuantes nos círculos mais próximos de Gaddafi, para que os rumos dos levantes fossem alterados. Porém, como destaca o autor, a real intenção era a derrubada do ditador. Em outras palavras, não se vislumbrava a mudança dos rumos dos levantes

visando uma mudança que beneficiasse a população¹⁵. Ainda de acordo com Prashad (2012) as forças ligadas às potências ocidentais, cujos interesses estão vinculados ao petróleo e poder, superdimensionaram os crimes cometidos por Gaddafi contra a população da Líbia para que houvesse maior apoio na intervenção.

A intervenção militar que foi operada pela OTAN, com suporte no conceito de Responsabilidade de Proteger, também teria violado leis internacionais, sem qualquer forma de reparação. Além disso, apesar de tentativas da União Africana (UA) e de Estados como Rússia, China e Brasil para a promoção de um cessar fogo e de novas negociações com o governo líbio, não houve acolhimento por parte das potências ocidentais que ignoraram qualquer alternativa proposta. A paz parece nunca ter sido o objetivo. Acredita-se, assim, que o conflito foi promovido para a remoção de Gaddafi e seu regime (PRASHAD, 2012).

De acordo com Pattison (2011) a intervenção poderia trazer uma razoável esperança de sucesso na proteção dos civis, mas seria difícil prever, com o decorrer do tempo, uma avaliação de sucesso, principalmente pelas características da diversidade étnico-cultural da população da Líbia que, conforme estudado no capítulo 3, era composta por tribos que disputavam o poder regional.

Houve, como consequência um significativo aumento do número de milícias que se negavam a abandonar as armas e respeitar à autoridade do governo central e a instabilidade do Estado poderá resultar numa divisão oficial do Estado líbio (CHOSSUDOVSKY, 2013).

Assim, apesar dessa disputa, era certo que Gaddafi conseguia exercer um efetivo controle sobre os líderes tribais e na sua ausência não havia certeza de que o Conselho Nacional de Transição (CNT) poderia exercer esse controle. Havia a preocupação de se substituir um governo que atentava contra os Direitos Humanos por outro que não conseguisse reverter essa face violenta do Estado.

¹⁵ Este assunto é discutido com maior detalhamento no capítulo 6 do presente trabalho.

Pode-se argumentar que seria razoável imaginar um resultado positivo no longo prazo, uma vez que o CNT¹⁶ pregava ideias de liberdade de opinião, abertura política que estavam na pauta de exigências dos revoltos. Porém, conforme foi observado, na criação e na estruturação do CNT, a escolha das principais lideranças não possuíam legitimidade entre a população do Estado Líbio, sendo a maior parte dos membros desconhecida, haja vista que muitos deles sequer viviam naquele Estado africano. Soma-se ainda o fato de parte dos integrantes já terem feito parte do Governo de Gaddafi (PATTISON, 2011).

Gaddafi morreu próximo da cidade de Sirte, sua terra natal, perseguido por tropas do CNT, teria sido detido vivo e em seguida morto. De acordo com o novo governo líbio, o ex-ditador teria sido morto com um tiro na cabeça, em um tiroteio entre seus partidários e rebeldes. Contudo há muitas versões contraditórias sobre a morte, e vários vídeos sugerem que houve um linchamento.

Percebe-se que a situação ainda continua complexa e indefinida no Estado Líbio. Os problemas se multiplicam; não há uma unidade de governo; e, pela posição geográfica que ocupa, a Líbia se tornou corredor preferencial para o trânsito de imigrantes ilegais com destino a Europa. Imperam, assim, problemas ligados à venda de seres humanos, à escravidão e à sangrentos conflitos internos. Em suma, a Líbia é, hoje, um Estado totalmente desestabilizado e sem o apoio efetivo da ONU e, principalmente, do CSNU.

4.5 Conclusão parcial

A partir dos fatos observados da questão da primavera Árabe, percebe-se que estes não podem ser classificados, do ponto de vista político e social, como rebelião popular ou revolução. Muito pelo contrário, os eventos advindos da Primavera Árabe devem ser

¹⁶ De acordo com Erlanger (2011) o CNT da Líbia foi estabelecido graças ao forte apoio e atuação do intelectual francês Bernard-Henri Lévy.

considerados como guerras internas nas quais tribos, ou seja, grupos independentes se digladiam pelo domínio dos poços de petróleo.

Essa guerra foi patrocinada pelas Potências ocidentais, pois, conforme foi estudado, estas não se furtaram a fornecer armas ao regime do ditador Gaddafi. Além dos lucros, essa seria uma forma de manter uma constante instabilidade naquele Estado. Também conforme anteriormente apontado, nas lições de Morgenthau (2003), um Estado sem uma população coesa não possui o principal elemento do poder nacional, e um Estado sem Poder Nacional e sendo rico em petróleo de qualidade, irremediavelmente estará à mercê de Estados maiores que precisam ampliar seu próprio Poder.

Como abordado, o Realismo se pauta, em grande parte, em poder e conflito. Dessa forma, visando exercer o domínio do poder mediante a obtenção de petróleo de qualidade a um valor reduzido, as potências ocidentais estariam inseridas no que seria uma disputa interna de poder, permeada por uma intervenção, com anuência do CSNU. Esse cenário, por sua vez, poderia passar a se caracterizar como uma guerra internacional que visa, em última instância, o domínio de recursos materiais: os poços de petróleo.

Ao analisar os aspectos abordados neste capítulo é possível perceber que mesmo na tentativa de dar um arcabouço de legitimidade na Intervenção armada ao Estado Líbio, sob o manto da “responsabilidade de proteger” o que se destaca, mais uma vez, são os interesses políticos dos governantes em distrair seu público interno para os problemas locais, como poder-se-á constatar no capítulo 5. Mesmo sabendo que não haveria nenhuma garantia de estabilidade e de reais benefícios ao Estado, com o afastamento de Gaddafi, uma vez que grande parte dos componentes do CNT pertenceu ao Governo desse mesmo Ditador, o movimento favorável à intervenção não perdeu força.

Pode-se afirmar que a intervenção na Líbia era apoiada pelos interesses de importantes potências ocidentais em especial França, Itália e Reino Unido. Estes, respaldados

por movimentos internos naquele Estado e pela instabilidade causada pela Primavera Árabe, aproveitaram a oportunidade para agirem respaldados na “Responsabilidade de Proteger”.

Por sua vez, tal conceito endossado pela comunidade internacional possibilitou a iniciativa para que fosse realizada uma tentativa para se estabelecer um novo regime estável e pró-Occidente na região, de forma a assegurar a manutenção do *status quo* das relações de poder e do domínio ocidental no continente africano. Assim, a intervenção ocidental e a morte de Muammar Gaddafi tiveram como resultado a balcanização¹⁷ do Estado líbio.

Houve, assim, a manutenção dos problemas e até mesmo o agravamento destes, visto a piora na qualidade de vida do povo líbio, o tráfico de escravos, o aumento da guerrilha interna e a recusa das tribos em abandonar as armas. Ressalta-se, por fim, que não se vislumbra no horizonte uma nova intervenção do CSNU, fato que coloca em dúvidas as reais intenções envolvidas na responsabilidade de proteger. Desse modo, no capítulo a seguir, são abordadas as reais intenções das potências envolvidas e, por fim, será possível confirmar se a responsabilidade de proteger seria mesmo a principal delas.

¹⁷ Refere-se a um termo geopolítico, originalmente utilizado para descrever o violento processo de fragmentação ou divisão de uma região ou Estado em regiões ou Estados menores que frequentemente são hostis ou não-cooperativos entre si. É considerado pejorativo por alguns indivíduos.

5 OS REAIS INTERESSES DAS GRANDES POTÊNCIAS OCIDENTAIS NA LÍBIA

Conforme foi abordado em capítulos anteriores, a realização de uma ação militar, por parte de potências ocidentais em território líbio se pautou, em grande parte, pelos interesses no petróleo líbio. De acordo com Mathews (2013) à época da intervenção, realizada em 2011, a Líbia possuía a 9ª maior reserva de petróleo do mundo e a maior reserva da África – sendo que sua capacidade de exploração era estimada em 46 bilhões de barris no total. Merece destaque, também, a qualidade do produto e a sua adequação, dada à proximidade aos mercados europeus.

Havia certa premência na questão do petróleo, pela necessidade de se garantir a continuidade da produção e abastecimento, visando manter a estabilidade do preço internacional do produto. Ademais, seria oportuno um aumento da participação das empresas ocidentais no setor petrolífero da Líbia sem as restrições impostas por Gaddafi. Além disso, é também relevante observar que as petrolíferas chinesas estavam cada vez mais presentes na exploração desse recurso Líbio (ROSSEAU, 2011)

Além desse aspecto econômico do petróleo, merece destaque a exigência de Gaddafi para que houvesse uma compensação financeira da Itália como forma de ressarcir a Líbia pelos prejuízos causados durante o período colonial. Essas ideias ameaçavam tanto a França quanto o Reino Unido que também poderiam ser alvos de cobranças por parte de suas ex-colônias e, considerando o atual cenário, não seria fácil para esses Estados arcarem com essas indenizações.

Soma-se ainda, a esse quadro, o conturbado histórico no relacionamento de Gaddafi com as potências ocidentais e com os Estados Árabes. Isso porque as ações do ditador não eram pautadas pela transparência, especialmente no que dizia respeito às potências ocidentais. As incertezas com relação ao posicionamento político daquele Estado e a reconhecida indisposição de se submeter aos comandos e as diretrizes das potências

ocidentais, causavam incômodos e dificultavam as relações políticas e econômicas (PRASHAD, 2012)

Após a queda de regimes pró-Occidente (como Tunísia e Egito), estudados ao longo do capítulo 4, tornou-se necessário as Potências ocidentais garantir a influência na região mediante a ascensão de governos alinhados aos seus interesses, uma vez que o comportamento de Gaddafi era um fator de descontentamento e de incertezas.

Dessa forma França, Itália, Reino Unido, com a aquiescência dos EUA e se valendo do contexto da Primavera Árabe, perceberam a oportunidade para promoverem a retirada desse antigo desafeto e substituí-lo mediante o estabelecimento de um CNT amigável aos interesses ocidentais na condução da Líbia, visando um incremento no acesso aos recursos energéticos líbios.

Ao assumir em 2009 a presidência da União Africana (UA), Gaddafi deixou os Estados árabes em segundo plano. No entanto, para estes Estados que, também possuem regimes ditatoriais e são alinhados aos interesses ocidentais, seria oportuno que o CSNU concentrasse sua atenção na Líbia, pois dessa forma os questionamentos com relação às crises enfrentadas pelo Iêmem, Bahrein e a ditadura na Arábia Saudita ficariam fora da mídia. Fica notória a falta de apoio dos Estados Árabes quando a Liga desses Estados e o Conselho de Cooperação do Golfo solicitam ao CSNU a imposição de uma Zona de Exclusão Aérea sobre a Líbia (MURRAY, 2014).

O ideário de Gaddafi com relação ao continente africano, certamente, não era bem recebido pelas potências ocidentais. Na presidência da UA demonstrou sua influência no continente sendo um dos maiores defensor e financiador dessa União. Na presidência, a unificação do continente se tornou cada vez mais presente em seus discursos e ações. Fazia parte também de seu ideário a implementação, em conjunto com os demais Estados africanos,

de um exército único, moeda única, passaporte único além de uma maior uniformidade na condução da política externa e comercial com os demais Estados.

Observa-se que a adoção dessas políticas romperia, radicalmente, com os paradigmas do sistema monetário internacional. Ademais a meta de criar um Banco de Investimento Africano e livrar a África do julgo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da dependência ocidental, criando, também, um Fundo Monetário Africano e o Banco Central Africano, não era nem de longe interessantes aos interesses das potências ocidentais (FAGBAYIBO, 2011)

É mister destacar que não havia interesse por parte das potências ocidentais na estabilização desse continente. Acredita-se que a meta das potências ocidentais é manter a política mercantilista por meio da exploração das riquezas do continente africano. Portanto, a condução de uma intervenção poderia impedir o incremento de uma política externa por parte da Líbia que seria tão danosa aos interesses ocidentais. Não seria interessante a manutenção de uma política externa com proeminência da Líbia frente à UA. (PRASHAD, 2012).

5.1 Conferência de Paris

Para corroborar as reais intenções das potências ocidentais, vale comentar acerca da Conferência de Paris realizada em 01 de setembro¹⁸, logo após a queda de Gaddafi. Essa conferência dos “amigos” da Líbia foi composta de aproximadamente 60 Estados e Organizações Internacionais. Na conferência foi declarado, por unanimidade, que o CNT seria a única Instituição com legitimidade para representar os interesses do povo Líbio.

Tal reconhecimento ficou ainda mais fortalecido pelo apoio da Rússia ao novo Governo. Soma-se ainda que houve aquiescência da China, após a superação de algumas

¹⁸ Para maiores informações consultar Rousseau (2011).

ambiguidades, uma vez que, anteriormente, juntamente com a Venezuela, havia negado legitimidade a esse novo regime em Benghazi (ROSSEAU, 2011).

Com o declarado apoio à CNT o compromisso seria de que o mesmo evoluiria para um governo de representação única de todas as regiões da Líbia. Este compromisso era de primordial relevância para que, durante a conferência, houvesse uma unidade para o estabelecimento de condições para o descongelamento de parte dos 50 bilhões de euros em ativos da Líbia que estavam congelados após o início das hostilidades (ROSSEAU, 2011).

Parte desse montante, 15 bilhões, seriam utilizados, de forma imediata, para a reconstrução daquele Estado de forma que pudessem refazer a infraestrutura para suprir as necessidades básicas da população. Cerca de 500 milhões de euros seriam liberados pela Itália e, de acordo com o Ministro das Relações Exteriores, Franco Frattini (1957 -), haveria a possibilidade de descongelamento de mais 2,5 bilhões de euros.

Por sua vez, a França iria descongelar 1,5 bilhão de euros, na condição de que houvesse a aprovação das Nações Unidas para a liberação. Contudo, a maior parte dos ativos da Líbia estavam nas mãos dos EUA que controlavam cerca de 30 bilhões de euros que haviam sido confiscados em fevereiro de 2011.

Nessa conferência também se discutiram aspectos institucionais acerca da Nova Líbia. O CNT deveria se comprometer a realizar uma eleição para escolha de uma Assembleia Constituinte no prazo de oito meses a partir do reconhecimento do fim das hostilidades e deveria realizar, ainda, a primeira eleição legislativa, dentro de 20 meses uma vez que as armas deveriam ser depositadas. Adicionalmente, o CNT deveria preparar uma nova Constituição provida de adequada representatividade democrática para a nova Líbia. No documento guia seriam, plenamente, respeitadas as tradições Islâmicas e os valores daquele Estado.

Contudo as potências ocidentais estavam preocupadas com a circulação de um rascunho da Constituição que previa em seu artigo 1 a confirmação de um Estado Islâmico e a adoção da Lei da “Sharia”¹⁹ como principal fonte de legislação. Existia um real temor com relação à possibilidade de se estar substituindo um regime ditatorial, com o qual havia, recentemente, alcançado um modo de vida em que havia o compartilhamento mútuo de interesses com o Ocidente, por um Estado Islâmico, ainda que não extremado, as margens do Mar Mediterrâneo, como resultado da Primavera Árabe. Contudo esse já era um processo que estava em andamento. Portanto, seria prematura e inapropriada uma estratégia para espalhar advertências acerca dessa possibilidade no caso líbio (BAZZI 2011).

Nesse sentido, nos próximos parágrafos são explorados e analisados pontualmente, os interesses das principais potências ocidentais:

a) Interesses da França

De forma ostensiva, a Conferência de Paris serviu para confirmar a primazia dos interesses da França na Líbia após o término dos conflitos. Um dia após a conferência, o jornal Francês, *Le Monde*, divulgou uma matéria exclusiva sobre um acordo entre a França e o CNT, datado de Abril, o qual previa que, após o término dos conflitos, Paris teria direito a 35% da exploração de recursos petrolíferos naquele Estado, os quais estariam condicionados a um total apoio durante o conflito (ROSSEAU, 2011)

Evidentemente, as autoridades Francesas e o CNT negaram a existência desse acordo prévio, mas admitiram que tais decisões acerca da exploração dos recursos petrolíferos seriam avaliadas pelo novo governo da Líbia em valorização ao apoio prestado aos rebeldes. Portanto, a França, com base nesse raciocínio, conseguiu, sem dúvidas, uma posição de primazia na promoção da intervenção na Líbia ao lado do Reino Unido. A França liderou as

¹⁹ Trata-se de um conjunto de leis islâmicas que são baseadas no Alcorão, e responsáveis por ditar as regras de comportamento dos muçulmanos. Em árabe, *sharia* pode ser traduzida literalmente como “caminho para a fonte”, e atualmente é adotada em diversos países com predominância da cultura islâmica, seja de modo integral ou parcial.

operações militares da coalizão ocidental até que o CSNU assumisse a responsabilidade (CHOSSUDOVSKEY, 2013).

Sob a alegação de interesses humanitários o então Presidente da França, Nicolas Sarkozy (1955 -), tomou a decisão de envolver as forças aéreas Francesas. No entanto, deve-se considerar, também, que seu raciocínio tinha raízes no fraco desempenho do seu partido político nas eleições, considerando que este quase foi varrido nas eleições locais (ROSSEAU, 2011).

Antes do início do conflito a maior parte das companhias de energia, incluindo a Total controlavam cerca de 14% do mercado de gás e petróleo na Líbia. Seria razoável esperar que houvesse um incremento, em curto prazo dessa participação em reconhecimento ao apoio militar de Paris durante os conflitos. Além disso, de acordo com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estima-se que a Líbia seja a quarta produtora na África, depois de Nigéria, Argélia e Angola, com uma produção diária de 1.8 milhões de barris e reservas estimadas em 46.4 bilhões de barris, enquanto há reservas de gás estimadas em 55 trilhões de metros cúbicos (CHOSSUDOVSKEY, 2013).

b) Interesses da Itália

A Itália é, também, um parceiro chave no mercado de energia da Líbia. A gigante do ramo de energia, ENI está presente, desde 1959, naquele Estado e lidera a extração de petróleo naquele mercado. Em agosto, a poucos dias da realização da Conferência de Paris, Paolo Scaroni (1946 –), presidente da empresa, assinou com Benghazi o primeiro contrato para fornecimento de gás e petróleo para suprir as necessidades do povo da Líbia, sendo que o pagamento seria realizado pelos futuros dirigentes daquele Estado, mediante concessão de benefícios a empresa (ROSSEAU, 2011).

O citado contrato foi assinado poucos dias depois na cúpula de Milão. O Primeiro Ministro Silvio Berlusconi (1936 -) e o principal representante do CNT Mahmoud Jibril

(1952 -), confirmaram que o novo governo da Líbia iria honrar os acordos passados realizados no regime de Gaddafi, em particular os acordos de cooperação assinados com as empresas Italianas, em 2008, que previam investimentos de 5 bilhões de euros como forma de compensação pela exploração do solo e exploração do povo Líbio no período colonial (ROSSEAU, 2011).

Além disso, a Itália demonstrava interesse num rápido apoio e fez questão de indicar Giuseppe Buccino Grimaldi (1961 -) como seu representante diplomático em Trípoli. Isso porque a sua intenção era sair na frente dos demais aliados ocidentais. Nesse sentido, o governo Italiano estava preocupado em perder para a França espaço nas explorações dos vastos recursos energéticos na Líbia. Contudo Roma tinha condições de enfrentar esse desafio dado seu amplo conhecimento do território da Líbia, uma vez que era responsável por 29 % das exportações de Petróleo da Líbia.

Vale ressaltar, também, a existência de uma conexão direta entre a Líbia e a Itália, por meio da empresa Greenstream, que torna a Itália o seu principal mercado de gás natural. Contudo, as questões políticas eram mais problemáticas. Em que pese o governo de Berlusconi ser um dos principais amigos do regime de Gaddafi, muitos outros Estados haviam fechado as portas diplomáticas e apertado às relações econômicas com Trípoli, tornando-se então os piores inimigos do ditador Líbio.

Outro ponto interessante é a participação de integrantes do governo de Gaddafi na condução da atual liderança, o CNT. O presidente do CNT, Mustafa Abdel Jalil (1952 -), era o ex-Ministro da Justiça de Gaddafi (2007-2011) e o novo Primeiro Ministro, Abdurrahim El-Keib (1950 -), era membro da Universidade de Engenharia Elétrica e Computacional no período de 1985-2005. Havia a existência de uma série de outras circunstâncias que poderiam criar problemas numa eventual mudança revolucionária do regime. Portanto, era premente que

Roma se aproveitasse, pelo menos até as próximas eleições, as quais seriam realizadas no prazo de até 20 meses, para tirar vantagens naquele momento (ROSSEAU, 2011).

e) Interesses do Reino Unido:

No caso do Reino Unido, David Cameron (1966 -), Primeiro Ministro e representante da liderança conservadora no Governo, estava entre os principais apoiadores da intervenção militar na Líbia. De fato, pode-se dizer que a junta Franco-Britânica foram os principais apoiadores da causa rebelde. Assim como França e a Itália, o Reino Unido tinha interesses econômicos na Líbia, em especial na extração de gás e petróleo.

Para a Líbia a principal empresa Britânica, British Petroleum (BP), parecia ser a melhor aposta para uma reconstrução da indústria de hidrocarbonetos. Após o desastre envolvendo a empresa ocorrido no Golfo do México em 2010, local em que operava na extração de hidrocarbonetos em águas profundas e o colapso na meta de exploração, juntamente com a companhia Rosneft da Rússia, no Ártico, no início de 2011, a Líbia era, também, para a BP uma das melhores opções.

Contudo, mais uma vez os contratos entre a BP e a Líbia assinados durante o governo de Gaddafi estavam sob investigação, visto que o acordo assinado em 2007 para extração no Golfo de Sidra havia sido iniciado, por Gaddafi, apenas no último ano, quando o governo Escocês libertou Abdelbaset Al-Megrahi, um Líbio condenado em 1988 pelo atentado a bomba de Lockerbie que matou mais de 270 pessoas. Ademais, uma investigação realizada nos EUA indicou que a BP pressionou o governo Escocês para que colocassem Al-Megrahi sob o julgo das autoridades da Líbia.

Com a queda de Gaddafi houve uma pressão para a extradição de Al-Megrahi de forma que o mesmo fosse julgado em território Britânico. No entanto, as condições de saúde à época corroboraram a versão de que o mesmo teria voltado à Líbia, apenas por um questão de compaixão a um homem agonizante. Cabe destacar, ainda que os interesses econômicos do

Reino Unido também estavam ligados a considerações eleitorais visto que David Cameron aparecia vacilante e a população à beira de um colapso nervoso, como demonstraram as manifestações de agosto de 2011 (ROSSEAU, 2011).

A guerra na Líbia oferecia tanto a França quanto ao Reino Unido uma boa oportunidade para afastar a atenção da opinião pública no que se refere a assuntos internos daqueles Estados, causados pelo turbilhão financeiro em que estavam envolvidos. Os interesses do Reino Unido, assim como os de outros parceiros no conflito, não eram tão fortes quanto os da Itália e da França, mas todos exerciam diferentes papéis no conflito, com suas particulares motivações.

d) Desinteresse das demais potências:

Por razões políticas e históricas os EUA, que possuíam apenas uma insignificante parcela das corporações multinacionais na Líbia, apresentaram, nessa intervenção, apenas um papel secundário se comparado ao das outras potências ocidentais. Por sua vez, Alemanha e a Rússia se mantiveram afastadas. Enquanto a Alemanha negou apoio à intervenção e a Rússia apenas manifestou apoio após o tratado de Paris.

A Rússia, como provedora de Energia, e a Alemanha, como consumidora de energia Russa, não apresentavam problemas relacionados à compra e venda de energia, daí parte do desinteresse.

Contudo a China corria o risco de não conseguir contratos futuros, uma vez que falhou em dar suporte aos rebeldes. Em que pese a política de não intervenção na África, a qual faria da estratégia de Pequim para avançar naquele continente, recaiu sobre este Estado a acusação de que o mesmo não estaria reconhecendo o CNT, em virtude do fornecimento de armas para o governo de Gaddafi.

Este fato violaria o acordo para embargos ao fornecimento de armas feito pelo CSNU. Para China não seria interessante uma imagem vacilante visto que a Líbia é

responsável pela exportação de 10% de seu Petróleo e abriga 75 empresas chinesas e mais de 36.000 trabalhadores. A empresa mais importante desse complexo, CNPC, teve suas instalações bombardeadas durante os bombardeios na Líbia, em 2011 (ROSSEAU, 2011).

A mistura de negócios, interesses políticos e econômicos na nova Líbia só pode ser descrita como bastante intrincada e complexa. A retomada de atividades comerciais das corporações engajadas na extração de recursos é o primeiro passo para a reconstrução do Estado Líbio, mas, devem-se adotar medidas de transparência e imparcialidade, pois, de outra forma, a criação de novas instituições para a Líbia que se encontra debilitada e com fortes tentações para a adoção de um radical Islamismo.

Percebe-se, assim, que a agressiva atitude adotada pelas multinacionais para utilização dos recursos da Líbia pode ser fatal para este Estado que tentará se reconstruir física e institucionalmente em busca de um fortalecimento da democracia e do respeito aos Direitos Humanos – elementos fundamentais para sua nova fase.

5.2 Conclusão parcial

Neste capítulo foi possível observar que, para as potências ocidentais, não seria interessante uma estabilização no continente africano como era proposto pelo então Presidente da União Africana, Gaddafi. Isso, certamente, não iria contribuir para a manutenção da política mercantilista, adotada pelas potências ocidentais que visam manter a exploração das riquezas daquele continente.

Portanto, trazia sério incômodo que a condução da UA fosse realizada pela figura de Gaddafi, especialmente, se for somada a aproximação deste com a China, que forneceu armas ao regime em plena vigência das sanções do CNSU.

Pesa, também, de sobremaneira, o fato da China possuir capital, tecnologia e interesse em explorar os territórios africanos. Eis, assim, mais um exemplo de disputa de

poder, nesse caso pelo protagonismo mundial dado às constantes taxas de crescimento da China que já é a segunda potência mundial em termos econômicos.

Constatou-se, também, a necessidade de desviar a atenção do público dos problemas internos que ocorriam no âmbito das potências ocidentais, França e Reino Unido, em especial, que atravessavam por turbulências políticas, sendo assim, a realização de ações na Líbia, uma forma de tirar o foco destes problemas internos.

Vale ressaltar ainda a forma como foi conduzida a conferência para “formalizar” a divisão dos recursos bloqueados da Líbia, entre as potências participantes da Conferência de Paris. Percebeu-se, em todas essas ações, um vigoroso Realismo na condução das relações internacionais. Pelos motivos acima se encontrou justificativa para uma intervenção armada em outro Estado, ainda que sem nenhuma garantia de que resultaria numa melhor qualidade de vida ao povo líbio.

Desse modo, ao analisar os resultados deste capítulo, pode-se constatar que o aspecto de maior relevância foi a retomada dos projetos para revitalização da Líbia, com recursos que haviam sido bloqueados após as resoluções do CNSU. Recursos que serão geridos por empresas multinacionais ligadas aos Estados que patrocinaram a intervenção e ainda condicionados a um aumento na participação destes na exploração de hidrocarbonetos na Líbia. Mais uma vez fica negritoado o Realismo na condução das relações internacionais: o poder, assim, prevalece.

6 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa percebeu-se que tanto as intervenções na Líbia realizadas pelo governo Reagan, em ato unilateral em uma clara manifestação de poder, quanto às intervenções capitaneadas pela França, Reino Unido e demais integrantes do CSNU foram conduzidas de forma a propiciar vantagens a estas Potências. Depreendeu-se, desse modo, que tais posturas demonstram uma clara manifestação de Realismo, nas relações de Poder.

Analisando a situação da Líbia foi possível perceber que as relações internacionais se pautam pelo poder e o que os interesses nos relacionamentos entre Estados são conduzidos para saciar suas próprias necessidades, eventualmente, havendo convergências de interesses em que os Estados possam tirar proveito estabelece-se a paz. Como de fato ocorreu, contudo, conforme a necessidade do outro Estado ou mediante o não atendimento de algum desejo, estabelece-se o conflito, a guerra. Mais uma vez, percebeu-se uma contundente prova do Realismo nas relações internacionais.

Não fosse a posição estratégica privilegiada que o Estado líbio ocupa e a qualidade do seu Petróleo, o simples fato de haver conflitos internos neste Estado, a exemplo do que ocorre em Estados vizinhos, não seria suficiente para a realização de uma intervenção com uso da força de um Estado, ou representação de Estados, em outro.

Nesse sentido, retomando o caso da primeira intervenção unilateral de Reagan, percebe-se que não houve, durante as sanções, interrupção na operação das grandes empresas petrolíferas, no Estado líbio, a exemplo da contínua atividade da AGIP, da TOTAL e da LASMO. Isso ocorreu porque compreendeu-se que a permanência das empresas se dava em virtude da qualidade do petróleo Líbio, o qual era extraído a um baixo custo e com vantajosas condições de exploração concedidas pelo Governo. Portanto, prevaleceu nesse caso, o que é de interesse das Potências. Em outras palavras, prevaleceu à necessidade de manter o fluxo do fornecimento de petróleo a um preço reduzido. Haja vista as limitações impostas ao Regime

de Gaddafi e a necessidade de sobrevivência, não seria razoável imaginar que o mesmo não sucumbiria aos interesses das potências ocidentais.

Vale chamar a atenção para o fato de que, já em 1993, Gaddafi iniciou uma tentativa de unificar o poder em seu Estado, retirando o poder militar dos chefes das tribos a reação foi imediata, tendo iniciado uma sangrenta luta interna pelo controle, na Cirenaica, dos poços de petróleo.

Contudo o que se viu, a partir desse momento, mesmo com as sanções em vigor, foi um aumento do número de vendas de armas de várias potências ocidentais para a Líbia, fato que possibilitou a Gaddafi exercer um maior controle sobre as tribos de seu Estado, com uso da força.

Portanto, em que pese a existência de um ato da ONU em que se estabelecia sanções, com relação a negociações de armas com a Líbia, quando estas eram de interesse das potências, continuaram a ocorrer sem restrições. Apenas se jogou luz ao que era contrário aos interesses das potências.

Além disso, após o atentado de 2001 Gaddafi demonstrou apoio à caça aos terroristas e restabeleceu relações com as potências ocidentais. Fica claro uma vez mais que os interesses no petróleo de Gaddafi balizaram as relações com outros Estados, em especial as potências ocidentais. Sendo matéria prima um elemento do poder nacional, o petróleo sempre tem enorme peso no SI. Mesmo com a reintegração da Líbia à comunidade internacional, não houve uma melhoria nos direitos políticos ou nas liberdades civis do Estado.

Notou-se que os membros da UE , bem como os EUA, fecharam os olhos para a situação dos Direitos Humanos no Estado, durante o período em que não havia necessidade do suporte da Líbia; Prevaleceu, portanto, um enfoque na garantia dos interesses de cada Estado, numa análise realista nas relações internacionais.

Contudo, quando iniciou a primavera árabe e percebeu-se incomoda a posição de Gaddafi na condução da UA, somada a crises políticas internas e necessidades de recursos financeiros as Potências Ocidentais, ocorreu nova intervenção na Líbia, em que pese haver reflexos de conflitos e manifestações internas em outros Estados, nestes não houve intervenções. Os Estados sabem que na Líbia a população não é coesa e este fato traz grandes prejuízos ao Poder Nacional do Estado Líbio.

Avaliou-se, ainda, o fato de que pesa, sobremaneira, os interesses pessoais dos governantes, por vezes financiados politicamente por fabricantes de armamentos e empresas petrolíferas. Estes governantes usam o Estado como meio para efetuarem uma “retribuição”, passando para a população uma falsa mensagem que convence, por vezes, a opinião pública da licitude e até da magnitude de suas ações bélicas com conceitos lastreados num forte eufemismo, tal como é o conceito da Responsabilidade de Proteger Ao que tudo indica, as ações não estavam protegendo os interesses da população da Líbia, visto que logo após a morte de Gaddafi, ocorreu à saída da OTAN do Estado líbio.

Percebe-se, também, que a população da Líbia ainda vivencia inúmeras disputas internas e o número de vítimas não para de crescer. A instabilidade política predomina, sem a perspectiva de um envolvimento dos Estados ocidentais que tanto contribuíram para a desestruturação da Líbia.

Portanto, ao longo deste trabalho, concluiu-se que, em pleno Século XXI a pesquisa realizada, ao confrontar a teoria Realista de Morgenthau com a realidade fática, analisando o conteúdo histórico e documental relativo às relações internacionais mantidas com as principais potências Ocidentais, França, Itália, Reino Unido e EUA durante o período no qual a Líbia foi liderada por Gaddafi, comprova que a mesma continua válida. Em outras palavras, os Estados continuam a se pautar pelo Poder e Conflito nas relações internacionais. Toda a base do Realismo continua válida e em prática.

Por fim, ressalta-se que o atual cenário em que vive a população da Líbia demanda atenção e uma nova pesquisa avaliando o impacto da morte de Gaddafi na qualidade de vida da sua população, avaliando, ainda, as razões para o aparente desinteresse atual das potências ocidentais.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Simon. Report: Libya and the Responsibility to Protect. *Global Centre for the Responsibility to Protect*. 15 October 2012. Disponível em: <<http://responsibilitytoprotect.org/index.php/component/content/article/35-r2pctopics/4482-simon-adams-global-centre-for-r2p-report-libya-and-the-responsibility-toprotect>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

AFRICA CONFIDENTIAL. A Tale of two cities. Vol 55, No 24, 5th December 2014. Disponível em: <<https://www.africa-confidential.com/index.aspx?pageid=7&articleid=5862>> Acesso em 14 maio 2018.

BAZZI, Mohamad - *What Did Qaddafi's Green Book Really Say? The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/05/29/books/review/what-did-qaddafis-green-book-really-say.html?_r=1> Acesso em: 21 jun. 2018.

BERRINGER, Tatiana. Estado e relações internacionais: uma comparação crítica entre Hans Morgenthau e Nicos Poulantzas. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281712/1/Berringer_Tatiana_M.pdf> Acesso em 23 maio 2018.

BOBBIO, Norberto. *O problema da guerra e as vias da paz*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1152-Teoria_das_Relacoes_Internacionais-novo.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

CHOSSUDOVSKY, Michel. Insurrection and Military Intervention: The US-NATO Attempted Coup d'Etat in Libya? *Global Research*, 2013a. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/insurrection-and-military-intervention-the-usnato-attempted-coup-d-etat-in-libya/23548>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. "Operation Libya" and the Battle for Oil: Redrawing the Map of Africa. *Global Research*, 2013b. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/operation-libya-and-the-battle-for-oil-redrawingthe-map-of-africa/23605>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

COLOMBO, Silvia. The GCC Countries and the Arab Spring. Between Outreach, Patronage and Repression. *Instituto Affari Internazionali*. IAI Working Papers, n. 1209, p. 1-16, 2012. Disponível em: < <http://www.iai.it/sites/default/files/iaiw1209.pdf> >. Acesso em: 19 mai. 2018.

DINUCCI, Manlio. Libya in the Great Game: On the road to the new partition of Africa. *Global Research*, 2011. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/libya-in-the-great-game/23413>>. Acesso em 18 mai. 2018.

ERLANGER, Steven. G-8 ministers fail to agree on Libya no-flight zone. *The New York Times*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/16/world/africa/16g8.html>> Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. By His Own Reckoning, One Man Made Libya a French Cause. *The New York Times*. New York, April 1, 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/04/02/world/africa/02levy.html>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

FORER, Ben. Moammar Gadhafi: Mad Dog of the Middle East' No More. Disponível em: <<https://abcnews.go.com/International/moammar-gadhafi-mad-dog-middle-east/story?id=14355364>> . Acesso em 18 mai 2018.

FAGBAYIBO, Babatunde. *The Libyan revolution: thoughts on a post-Gaddafi era of African integration*. Disponível em: <http://m.polity.org.za/article/the-libyan-revolution-thoughts-on-a-post-gaddafi-era-of-african-integration-2011-09-16>.> Acesso em: 07 jul. 2018.

FARIAS, Rogério de Souza. A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol 47, No 2. Brasília, July/Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200010> Acesso em 05 jul 2018.

GIRALDI, Renata. Autoridades da Líbia tentam atrair investimentos brasileiros para reconstrução do país. *Agência Brasil*. Disponível em: <www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/03/autoridades-da-libia-tentam-atrair-investimentos-brasileiros-para> Acesso em 15 jul. 2018.

HOLLIS, Rosemary. No Friend of Democratization: Europe's Role in the "Arab Spring". *International Affairs*, vol. 88, no. 1, 2012.

HOBSBAWM, Eric. Barbárie: Manual do usuário. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras. 1997.

KUPERMAN, Alan J. A Model Humanitarian Intervention? - Reassessing NATO's Libya Campaign. *International Security*. 2013. Disponível em: <https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/ISEC_a_00126> Acesso em: 02 jul. 2018.

MATHEWS, Kay. The 2011 NATO Military Intervention in Libya: Implications for the African Union. In SMITH-WINDSOR, Brooke A (Ed.). *AU-NATO Collaboration: Implications and Prospects*. Rome: NATO Defense College, 2013. p. 113-121.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MORONE, Antonio Maria. Post-Qadhafi's Libya in Regional Complexity. *Istituto per gli Studi di Politica Internazionale (ISPI)*. ISPI Analysis, n.116, 2012. Disponível em: <http://www.ispionline.it/it/documents/Analysis_116_2012.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MURRAY, Robert; HEHIR, Aidan. *Lybia, the Responsibility to Protect and the Future of Humanitarian Intervention*. UK: Palgrave Macmillan, 2014.

NAZEMROAYA, Mahdi Darius. Libya: Is Washington Pushing for Civil War to Justify a US-NATO Military Intervention? *Global Research*, 2011. Disponível em <<http://www.globalresearch.ca/libya-is-washington-pushing-for-civil-war-tojustify-a-us-nato-military-intervention/23375>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

PATTISON, James. The Ethics of Humanitarian Intervention in Libya. *Ethics & International Affairs*. Cambridge, v. 25, n. 03, p. 271-277, set. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/1175180/_The_Ethics_of_Humanitarian_Intervention_in_Libya>. Acesso em: 06 jul. 2018.

PRASHAD, Vijay. *Arab Spring, Libyan Winter*. Oakland/Edinburgh: AK Press, 2012.

OBAMA, Barack; CAMERON, David; SARKOZY, Nicolas. Libya's Pathway to Peace. *The New York Times*. New York, 14 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/04/15/opinion/15iht-edlibya15.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

NYE JR, Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. 3.ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

RIBEIRO, Filipe G. dal Bo. Líbia, um caso particular: da guerra civil à guerra internacional pelo controle dos poços de petróleo. *Revista Espaço Acadêmico*. No 134, julho 2012.

ROBERTO, Willian Moraes. A Guerra pela Líbia na era pós-Kadaffi: os confrontos internos de um país fragmentado. *Conjuntura Africana*, Abr./2015. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2015/04/Artigo-Willian-Libia-pos-Kadaffi.pdf>> Acesso em 10 jul. 2018.

ROUSSEAU, Richard. Libya: A Very Long War over Competing Energy Interests. *Foreign Policy Journal*, 2011. Disponível em <<https://www.foreignpolicyjournal.com/2011/11/19/libya-a-very-long-war-over-competing-energy-interests/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

STRATFOR, *Global Intelligence. Special Series: Europe's Libya Intervention*. Março, 2011. Disponível em <http://wikileaks.org/gifiles/attach/128/128797_LIBYA_INTERVENTION.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution 748 (1992)*. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/748\(1992\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/748(1992))>. Acesso em: 19 jul. 2018.

_____. Security Council. *Resolution 1970 (2011a)*. Disponível em: <https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2011_02/20110927_110226-UNSCR-1970.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018.

_____. Security Council. *Resolution 1970 (2011a)*. Disponível em: <https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2011_03/20110927_110311-UNSCR-1973.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018.

VISENTINI, Paulo et al. *O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen*. Porto Alegre: Ciência & Letras, n. 51, 2012.

_____. A primavera árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VANDEWALLE, Dirk. *A History of Modern Libya*. Cambridge University Press, New York, 2011.

WELSH, Jennifer. *Civilian Protection in Libya: Putting Coercion and Controversy Back into RtoP*. University of Oxford. Disponível em: <<http://www.elac.ox.ac.uk/downloads/Welsh%20Civilian%20Protection%20in%20Libya.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2018.